

Economia Brasil

# Planalto e

# Fazenda não fazem planos

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto  
de Brasília

O presidente José Sarney ouviu e gostou de algumas das idéias dos economistas Périco Arida e André Lara Resende. No entanto, não há indício de que disso tenha resultado um plano já formalizado para a economia.

Uma das idéias que agradaram ao presidente, disse a este jornal uma fonte próxima a Sarney, é a indexação plena da economia através da fixação de regras automáticas de reajuste. Essa é uma idéia antiga dos dois economistas e fazia parte da proposta original de ambos para a eliminação da inflação incial.

O princípio é o de que a indexação plena e automática da economia equivale, na prática, a uma desindexação. Ela não depende de um congelamento de preços, mas exige uma fase de adaptação, em que os preços teriam encurtado seu período de ajuste e seguiriam um parâmetro geral.

Exigiria também, para dar certo, que não houvesse pressão do déficit público e que os preços estivessem realinhados. Nada disso parece com uma solução aplicável a curto prazo, pelo menos nos termos em que a idéia foi concebida.

Essa sugestão, assim como outras propostas conhecidas, como um maior controle sobre o déficit e corte de subsídios, foi colocada, informalmente, ao presidente num único encontro

que Arida e Resende tiveram recentemente com ele, há cerca de duas semanas. Houve duas outras conversas de ambos com Jorge Murad, genro de Sarney, uma antes e outra depois do encontro com o presidente.

Nas duas ocasiões, as conversas aconteceram em almoços, com alguns outros participantes. Jorge Murad, Arida, Resende, Miguel Ethel e Andrea Callabi (secretário do Tesouro) participaram dos dois almoços. O presidente do Banco Central, Francisco Gros, esteve em um deles e o assessor econômico do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo, em outro.

Foram conversas genéricas, em que se discutiram opções para a economia, inclusive a idéia da indexação plena de Arida e Resende. Não consta que documentos formais tenham sido elaborados por ambos. Aliás, logo depois da conversa com o presidente ambos viajaram aos Estados Unidos. Arida voltou na quarta-feira da semana passada mas, logo depois, viajou, a lazer, para Mato Grosso; Resende esticou dos Estados Unidos para a Inglaterra, de onde voltou ontem.

(Continua na página 5)

## • Nacional

### POLÍTICA ECONÔMICA

# Economia - Brasil Planalto e Fazenda não... MERCANTIL 130

por Celso Pinto  
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

A Fazenda também não pretende elaborar um plano formal para a economia. Não porque seja difícil fazê-lo, mas porque, como diz um assessor de Dilson Funaro, nenhum projeto poderia decolar sem antes se ter uma idéia mais clara dos rumos da negociação externa.

Mesmo assim, alguns ajustes serão feitos em pelo menos duas áreas. Na próxima segunda-feira, o presidente instala, formalmente, o Conselho de Comércio Exterior (Concex), que esteve desativado desde o governo anterior. Tão logo instalado, o Concex deverá marcar sua primeira reunião de trabalho para o dia 2 de abril e neste encontro o governo deverá anunciar algumas medidas de estímulo às exportações.

O teor dessas medidas ainda está sendo discutido, mas se espera sinalizar claramente o apoio do governo às vendas externas. O Concex reúne representantes de vários ministérios e oito representantes do setor privado.

Outra área onde haverá

novidades é na política de preços. A Fazenda estuda mudanças nas regras. Não se pensa em liberdade total de preços, mas o sentido geral pode ser de liberalização.

A Fazenda sustenta, também, que permanece inalterado o cronograma da negociação da dívida externa. O ministro Funaro apresentaria o plano brasileiro para quatro anos e as intenções de investimentos na época da reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial em Washington, em meados de abril.

Esse é o plano de vôo da Fazenda, agora reforçado pelo controle que passará a exercer sobre as estatais, através da Sest. Apesar das duras investidas contra Funaro, assessores seus garantem que o ministro saiu de uma conversa com Sarney, na noite de segunda-feira, com espaço para continuar conduzindo a economia, sem prazos para acertar.

É fato, contudo, que, se o presidente apóia Funaro, a maioria de seus assessores próximos acumula fortes críticas a ele. São destas áreas do Planalto as infor-

mações de que há um plano alternativo pronto para a economia e que deverá ser ativado a curto prazo.

A principal discordância certamente reside na forma como Funaro vem administrando a dívida externa. A postura do ministro, de fazer seus lances sem pressa e evitando a formalização de planos detalhados de política econômica interna, é vista com reservas. Teme-se que esta trajetória não leve a nada de objetivo e o tempo corra contra os interesses brasileiros, afetando as reservas cambiais.

No Planalto, cultiva-se firmemente a idéia da criação de uma comissão de negociação da dívida externa que poderia (essa é apenas uma das hipóteses) vir a ser capitaneada por Eliezer Batista, presidente da Vale do Rio Doce International. Ela seria composta por "notáveis" — empresários e economistas.

Parece óbvio que, se a comissão vier a ser constituída e tiver este perfil, o ministro Funaro perderá o principal espaço de ação na área que considera mais importante.

Ninguém discorda da

questão central envolvida na negociação da dívida, ou seja, a de que o País passou tempo demais remetendo recursos aos credores sem receber nada em troca: nem dólares nem redução significativa nos custos. As diferenças de enfoque estão na formulação da estratégia.

A Fazenda, claramente, quer abrir um novo caminho à discussão da dívida, com uma inteira reformulação dos termos do problema. Assessores do Planalto acham essa via temerária. Querem a obtenção de concessões, inclusive por uma postura firme, mas prefeririam trilhar os caminhos mais convencionais da discussão de acordos multilaterais com os bancos.

Uma coisa é certa: uma eventual saída de Funaro abalaria um complicado campo de negociações do presidente com o PMDB. Se o sucessor na Fazenda ficar à esquerda, não há razão para tirar Funaro; se compor um perfil à sua direita, corre-se o risco da ativação do PMDB de uma campanha por eleições presidenciais ou em favor do parlamentarismo. A Fazenda sabe disso.